

Tendo em conta que o Programa do XVII Governo da República, quanto à dimensão internacional do desporto português, refere-se expressamente como prioridade o apoio à «organização de grandes eventos desportivos [...]»:

Assim, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, reconheço como sendo de interesse público a organização da final da Taça do Mundo de Pentatlo Moderno.

1 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 309/2008

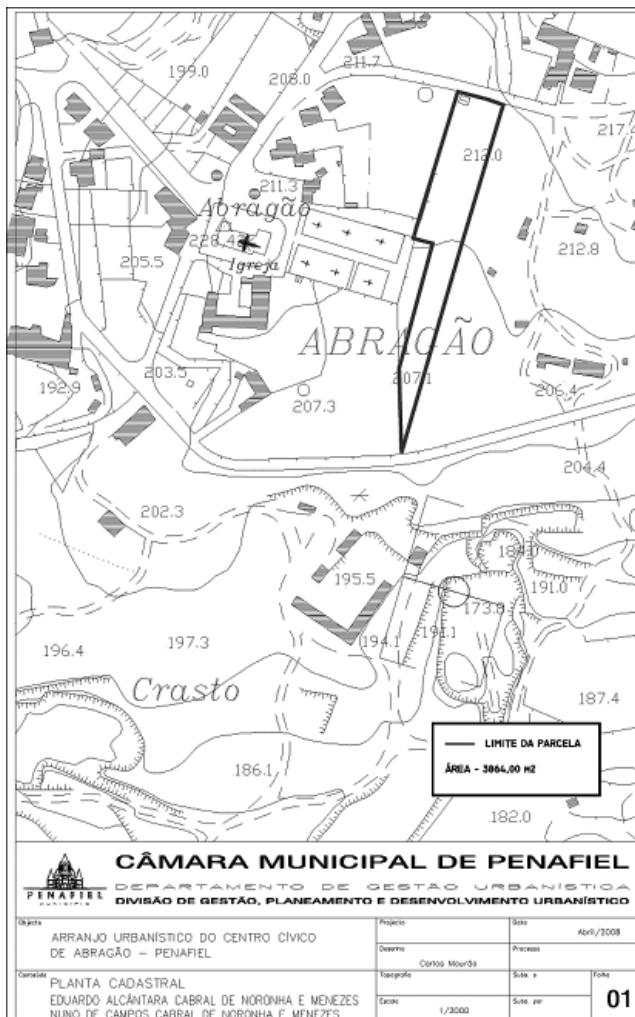
Torna-se público que SS. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 08.08.08, a pedido da Câmara Municipal de Penafiel, declarou a utilidade pública urgente da expropriação, da parcela a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

Parcela de terreno com 3864m², a desanexar do prédio propriedade de Eduardo Alcântara Cabral de Noronha e Menezes, usufruto de Nuno de Campos Cabral de Noronha e Menezes, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Abragão sob o artigo 353 e omissis na Conservatória do Registo Predial de Penafiel.

A expropriação destina-se à execução dos Arranjos Urbanísticos do Centro Cívico de Abragão.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e (13.º, n.º 1 / 19.º / 15.º) do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na Informação Técnica n.º 000889-2008, de 24.07.08, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 13.032.08/DMAJ, daquela Direcção-Geral.

25 de Agosto de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.



Instituto Português da Juventude, I. P.

Despacho n.º 22981/2008

Cessou a comissão de serviço em 9 do corrente mês, como director do Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, o mestre Gustavo André Esteves Alves Madeira.

Nos termos do disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 662-J/2007, de 31 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º e artigo 27.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio para o exercício do cargo de director do Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, em regime de substituição, o licenciado João Ramiro Henriques Lisboa Loureiro, do quadro da Direcção-Geral dos Impostos.

A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 16 de Maio de 2008.

15 de Maio de 2008. — A Presidente, *Helena Alves*.

Síntese curricular

Nome: João Ramiro Henriques Lisboa Loureiro.

Naturalidade: Aveloso, Meda, Guarda.

Data de Nascimento: 30-Maio-1962.

Habilitações académicas — Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 1985.

Experiência profissional — Entre Julho de 1979 e Janeiro 1980, funções num gabinete de contabilidade (FAZCONTAS); Em Agosto de 1984, estágio de um mês no Departamento Financeiro da empresa Eurocarnes; Entre Setembro de 1985 e Janeiro de 1986, na MOALI — Máquinas Industriais, S. A., estágio "P.A.C.N.E. — Programa de Apoio à Criação de Núcleos de Exportação nas P.M.E.'s"; Entre Janeiro de 1986 e Janeiro de 1987, consultor de formação profissional nos projectos F.S.E. na Partex-CPS, SA; Início de funções públicas com o ingresso na D.G.C.I., tendo prestado funções na Direcção de Serviços de Fiscalização de Empresas entre Janeiro de 1987 e Novembro de 1993, inicialmente como Técnico Verificador Tributário de 2.ª classe, contratado além do quadro (Decreto-Lei n.º 200/85, de 25/06) e depois como Perito de Fiscalização Tributária de 2.ª classe do quadro dos serviços centrais, desenvolvendo actividades de fiscalização tributária às grandes empresas (do cadastro especial), auditorias contabilístico-fiscais com apoio de sistemas informáticos, criação de aplicações informáticas (análise e programação) de apoio ao exame das contabilidades das empresas e sua monitoragem e, na parte final no planeamento, programação e organização de acções de inspecção tributária nacional, e de certas campanhas, em particular; Entre Dezembro de 1993 e Fevereiro 1998, Director do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude, cargo exercido em regime de comissão de serviço; Entre Maio de 1994 e Fevereiro de 1999, foi responsável pela gestão (Interlocutor) da Componente Juventude da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural do QCA 94/99, após designação por despacho S. Ex.ª a Secretária de Estado da Juventude; Entre Fevereiro e Dezembro de 1998, nomeado coordenador da Área Administrativa e Financeira do "Secretariado para as Conferências de Juventude 98 e para o Festival Mundial da Juventude 98 — Portugal" com o estatuto de encarregado de missão, através da Resolução n.º 15-A/98 (2.ª série) de Conselho de Ministros; Entre Janeiro e Outubro de 1999, Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, com funções de acompanhamento da política financeira e orçamental dos organismos do MAI; Entre Outubro de 1999 e Março de 2001, Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas e substituto do seu Chefe de Gabinete nas ausências e impedimentos deste, com funções de acompanhamento da política financeira e orçamental dos organismos tutelados e representante do Gabinete na Unidade de Gestão da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes; Entre Março de 2001 e Abril de 2002, Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, com funções de acompanhamento da política financeira e orçamental dos organismos tutelados; Entre Abril de 2002 e Agosto 2003, reactivação da comissão de serviço como Director de Serviços do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude; Entre Agosto 2003 e Maio de 2008, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direcção de Estradas de Lisboa do ex-Instituto de Estradas de Portugal, actual EP — Estradas de Portugal, S. A., nomeação em comissão de serviço após deliberação do seu Conselho de Administração.

Formação profissional mais relevante — Marketing Internacional/Exportação — COPRAI, 140 horas em 1985; Acção de Formação para Técnicos Verificadores Tributários — DGCI, 90 horas em 1987; Seminário Sobre Técnicas de Auditoria Tributária — FMI / DGCI, 72 horas